

HISTÓRIA DA MEDICINA – HISTÓRIA DA EPILEPSIA

HISTORY OF MEDICINE - HISTORY OF EPILEPSY

Alice Cabral Barbosa¹

Arthur de Oliveira Arantes²

Jéssica de Almeida Sousa³

Maria Carolina Rios Fonseca⁴

Sarah Mitsue de Castro Matsuoka⁵

Resumo: O objetivo desse artigo é abordar os principais marcos históricos da epilepsia, doença que atinge 50 milhões de pessoas no mundo, 40 milhões delas em países em desenvolvimento. Parte importante da população doente não procura tratamento embora seja um problema predominantemente controlável. Pro-

vavelmente, uma das principais causas para isto seja o estigma que atinge as pessoas com epilepsia.

Palavras chaves: epilepsia, história da medicina, neurologia, convulsão

Abstract: The objective of this

1 Médica residente em Clínica Médica do Complexo de Saúde São João de Deus

2 Médico. Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos

3 Médico. Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos

4 Médica residente em Pediatria do Hospital Regional de Taguatinga

5 Médica residente Clínica Médica do Programa de Residência Médica Integrada da Secretaria de Saúde do Distrito Federal



article is to approach the main historical milestones of epilepsy, a disease that affects 50 million people in the world, 40 million of them in developing countries. An important part of the sick population does not deal with treatment, although it is a predominantly controllable problem. Probably one of the main causes for this is the stigma that attends people with epilepsy.

Keywords: epilepsy, history of medicine, neurology, seizure

INTRODUÇÃO

O termo epilepsia é derivado do verbo grego epilambanein, e pode ser traduzido como “possuir”, “apossar-se de” ou “acometer”. Esse termo foi definido desse modo, pois os antigos gregos acreditavam que os deuses amaldiçoavam as pessoas e lhes

tiravam a consciência, fazendo com que o corpo se agitasse.

Durante a História, foram definidas três causas principais para epilepsia. Uma teoria definia que a epilepsia era causada por demônios ou espíritos. Essa visão estava em voga na época de Cristo, como pode ser lido na Bíblia, no livro de Marcos, no qual retrata uma passagem em que Jesus expulsou um espírito demoníaco de um jovem garoto que sofria de ataques epiléticos desde a infância. Nessa época, hebreus e romanos tinham o hábito de cuspir nas pessoas doentes, a fim de que o espírito demoníaco fosse embora. Uma segunda teoria era de que a doença era causada por corpos celestiais. Acreditava-se que os ataques epiléticos ocorriam em tempos de lua cheia, por isso a epilepsia foi chamada também de “Doença da Lua”. Por fim, Hipócrates anun-



ciou que o corpo era formado por 4 fluidos diferentes: o sangue, a bile negra, a bile amarela e o fleuma. A terceira teoria, portanto, designava que a epilepsia era resultado de uma acumulação de fleuma nas artérias, por onde se acreditava que passava apenas ar.

John Hughlings Jackson (1835-1911) foi o primeiro a dar a definição moderna de epilepsia, na segunda metade do século XIX, definindo-a como “uma descarga ocasional, súbita, rápida e localizada na substância cinzenta”. Essa concepção se perpetua até os dias atuais.

As crises epiléticas precisam ser recorrentes e não provocadas, e seus tipos dependem da localização da descarga inicial, além da forma de como irá se propagar. Há alguns fatores que podem desencadear as crises como a febre, acidentes vasculares encefálicos, distúrbios

metabólicos, abuso do álcool ou das drogas, traumatismo crânio-encefálico agudo e consumo de substâncias epileptogênicas.

Os sintomas da epilepsia variam de acordo com o lobo cerebral em que a crise começa e se propaga. Há dois tipos de crises parciais: a crise parcial simples no qual a pessoa pode apresentar sensações de formigamento, desconforto gástrico e contrações de um braço ou uma perna, porém não perde a consciência, e a crise parcial complexa que é caracterizada por confusão mental e mastigação mecânica, sem motivo aparente. Além dessas, há a crise tônico-clônica, que envolve todo o cérebro. Esse tipo de crise é mais reconhecido devido aos sintomas bem evidentes como as contrações musculares involuntárias, bruscas e muito fortes, a dificuldade em engolir a saliva, a mordedura da língua e



a perda do controle esfinteriano.

MARCOS HISTÓRICOS

Pré-história

As primeiras evidências de tentativa de se tratar a epilepsia surgiram provavelmente no Período Neolítico, no qual que se era comum a prática das trepanações, que se confirmaram através de crânios trepanados e cicatrizados estudados por Lucas-Championnière (1843-1913),

e que se encontraram conservados no Museu do Homem, em Paris. Tais trepanações tinham por finalidade libertar os maus espíritos ou demônios presos na caixa craniana de alguns doentes, entre os quais pessoas com epilepsia.

Na Antiguidade, os sinais de cicatrização, presentes em alguns crânios, indicam que nem todas as pessoas submetidas à trepanação iam a óbito, e que tal intervenção já era praticada há aproximadamente 3000 anos.



Trepanação, já com sinal de cicatrização, em crânio pré-histórico



Babilônia

Os babilônios consideravam as doenças como formas de interferências de deuses e demônios no organismo humano, de modo que a cura poderia ser obtida por intermédio de orações e exorcismo. Embora a religiosidade predominasse, eram utilizados medicamentos. Por meio de adivinhações, era função do sacerdote realizar o diagnóstico e estabelecer o prognóstico, além de realizar os exorcismos.

Os babilônios escreveram um tratado, intitulado “Tratado do Diagnóstico Médico e do Prognóstico”. Ele é constituído por quarenta pedras com escritas datadas de pelo menos 2000 a.C., sendo que em uma delas há o registro de crises epiléticas, descrevendo, principalmente, o desvio da cabeça e dos olhos e as alucinações auditivas, e asso-

ciando cada tipo de crise a um espírito ou a um deus.

No Código de Hamurabi, datado de aproximadamente 1700 a.C., há a descrição de uma doença convulsiva, sendo ela, após estudos, associada à epilepsia.

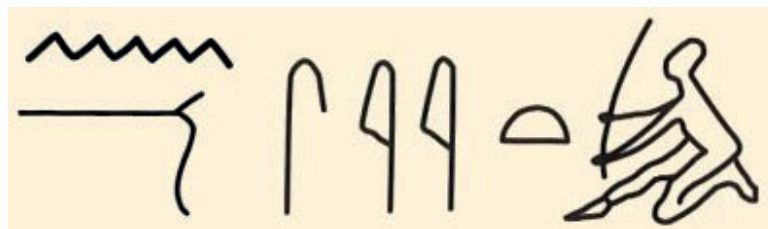
Egito

Para os egípcios, já havia certo conhecimento sobre a doença. Era considerado como causa, um espírito maligno que se apossou do corpo do doente, de modo a causar as crises. Como tinha sua origem nos deuses e no sobrenatural, sua cura se dava através de sacrifícios, oferendas e orações.

Através de seus hieróglifos, os egípcios identificavam por meio de figuras a entrada de um demônio ou pessoa morta na vítima, considerando assim, uma



enfermidade que era misteriosa e sobrenatural.



Hieróglifo egípcio que representava a epilepsia

Não há comprovações concretas sobre o fato, porém acredita-se que o faraó Tutancâmon sofria da doença, assim como seus familiares. A suspeita da epilepsia vinha de um tipo da doença que afetava a liberação de hormônios e o desenvolvimento sexual, e foi atribuída ao faraó porque ele apresentava características femininas.

Grécia

Epilepsia, a doença sagrada

Os gregos foram os primeiros a utilizar o termo epilepsia (epilhyia, que significa

“surpresa”, “ser apanhado de repente”), pois acreditavam que apenas uma divindade ou um demônio poderia fazer a possessão da pessoa, provocando-lhe queda e convulsões. Além disso, há várias hipóteses sobre a origem da denominação “doença sagrada”: uma delas se baseia na de que as pessoas afligidas pelo mal pecaram contra Selene, a deusa da lua; uma segunda designa que é uma doença sagrada porque sua cura não poderia se processar por meios humanos, mas apenas pela intervenção divina; outra expõe que a doença pode ser considerada sagrada porque nos tempos



antigos os deuses e os demônios eram temidos, igualmente aos epiléticos. Os portadores desta doença eram colocados em templos e vistos como sacerdotes.

Ainda no Período Clássico grego surgiu um manuscrito feito por Hipócrates (460 a.C.-370 a.C.), no tratado hipocrático, dirigido a legisladores contestando o caráter sagrado da doença e conceituando-a como um distúrbio cerebral. Nele também se lia acerca da “doença sagrada”, havendo a descrição de que olhos reviravam e espuma saía pela boca, pois as veias não recebiam ar e tornavam-se túrgidas.

Hipócrates teoriza sobre a incapacidade de um homem ser invadido por um deus por não ser puro, por acreditar que a epilepsia é a doença hereditária, e que sua causa está localizada no cérebro, portanto precisa ser cientificamente tratada com o uso de

drogas e dieta. Já nesse período, ele citou a vida sedentária como fator agravante e sugeriu mudança de clima, país e hábitos de vida como controle das crises, além de sugerir tratamentos físicos, chegando a fazer implicações prognósticas ao afirmar que se a doença se tornasse crônica, seria incurável.

Hipócrates mencionou a precocidade da doença e raridade de sua ocorrência após os 20 anos de idade. Evidenciou, também, as formas diferenciadas de manifestação clínica durante as crises, citando pessoas que gemiam e gritavam durante o sono, pessoas que levantavam e deambulavam até despertarem saudáveis, porém pálidas e fracas após as crises.

Epilepsia, a doença dos deuses

A lenda dos Doze Tra-



balhos de Héracles (Hércules, na mitologia romana) está diretamente associada aos distúrbios epilépticos dos quais Héracles era vítima. Ele era filho de Zeus e Alcmena, uma amante mortal de seu pai. Hera, a esposa de Zeus e rainha dos deuses, declarou guerra a Héracles desde o seu nascimento: mandou duas serpentes para matá-lo em seu berço, mas a criança estrangulou-as com as próprias mãos. Ainda assim, Hera, por suas artes de deusa, o subjugou ao poderes do rei Euristeu, que por inveja o submeteu Héracles aos Doze Trabalhos, acreditando que ele não sobreviveria.

Héracles era um homem de estatura mediana, extraordinariamente forte, voraz, apreciador de bebidas alcoólicas, amoroso e gentil, porém sujeito a crises brutais de raiva ocasionalmente. Essa raiva era interpretada como

crises epilépticas, que muitos acreditavam terem se agravado pelos grandes desafios enfrentados nos trabalhos que lhe foram impostos.





Representação de Hércules, o mais célebre herói da mitologia grega

Na obra “Problemas”, Aristóteles enfatiza que o comportamento de Hércules se devia à bile negra que causava as alterações mentais. Embora não tenha sido afirmado que Hércules apresentasse epilepsia, o autor alista este distúrbio entre as doenças causadas pela bile negra, referindo que os antigos autores a teriam denominado “doença sagrada” em referência ao semideus, o que fez com que os renascentistas acreditassem que

os homens excepcionais fossem melancólicos e automaticamente propensos à epilepsia.

Roma

Em Roma, era atribuído à medicina um caráter mágico e sobrenatural. Para esse povo, a doença era tida como enfermidade de pessoas impuras e que poderia ser transmitida através contato. Havia a crença sobre um espírito demoníaco que levava a



prática de cuspir no doente como forma de combater o mal.

Era comum a crença de que as crises epiléticas eram presságios de desgraças. Os romanos acreditavam que os astros celestes, como a lua, influenciavam na determinação de quem desenvolveria ou não a epilepsia. Chamavam, portanto, os epiléticos de lunáticos. Isso ocorreu no mesmo período em que eles mantinham os doentes em locais afastados como forma de proteção da população em geral, já que a doença era considerada contagiosa.

Também foi relatado por autores médicos religiosos que em Roma havia o uso de sangue de gladiadores para a cura da epilepsia. Mesmo após a proibição de combates entre gladiadores, por volta do ano de 325, a prática ainda perdurou, porém com o sangue de criminosos executa-

dos. Não se sabe ao certo de onde veio a crença, porém pode estar ligado aos rituais fúnebres etruscos e se baseava no fato de que a crises paravam após a pessoa ingerir o sangue.





Júlio César (100 a.C.-44 a.C.), imperador romano que tinha epilepsia

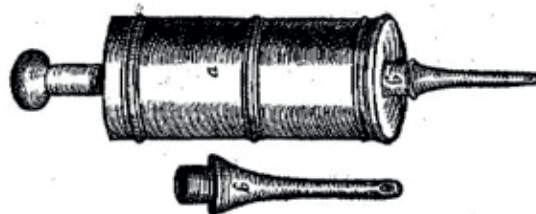
Idade Média

Na Europa, durante a Idade Média, a doença passou a ser conhecida comumente como doença das quedas, e era designada como morbus maior. Com o crescimento da influência da

Igreja Católica, o povo passou a depositar confiança para a cura em santos e relíquias, além de realizar sangrias, cauterização, utilizar sanguessugas e medicamentos que provocassem o vômito e a evacuação.

M. CXXVI XXVI. LIVRE, DE LA FACVLTE' ET

Autre Syringue pour bailler clystere aux hommes.



Instrumento utilizado para a injeção de fluidos no ânus, a fim de promover a evacuação



Entre essas medidas terapêuticas, a sangria foi uma das mais utilizadas, pois se acreditava que a doença era causada por excesso de um fluido: a fleuma. Ela desviava o material causador da doença, de modo que o forçava a se deslocar de um órgão para outro. Quando o sangue era tirado do lado do corpo oposto ao da doença, o epilético piorava; mas quando era tirado do mesmo lado, a dor aliviava. Havia descrições dos melhores dias e horas, veias e quantidade de sangue para máximo aproveitamento da técnica.

Também era utilizada a aplicação de sanguessugas na região onde se localiza o baço, visando desviar o que estivesse na cabeça para este órgão. Em seguida, aplicavam-se fezes de pombos e ovos de corvos, que provocavam febre, de modo que esta seria capaz de curar a doen-

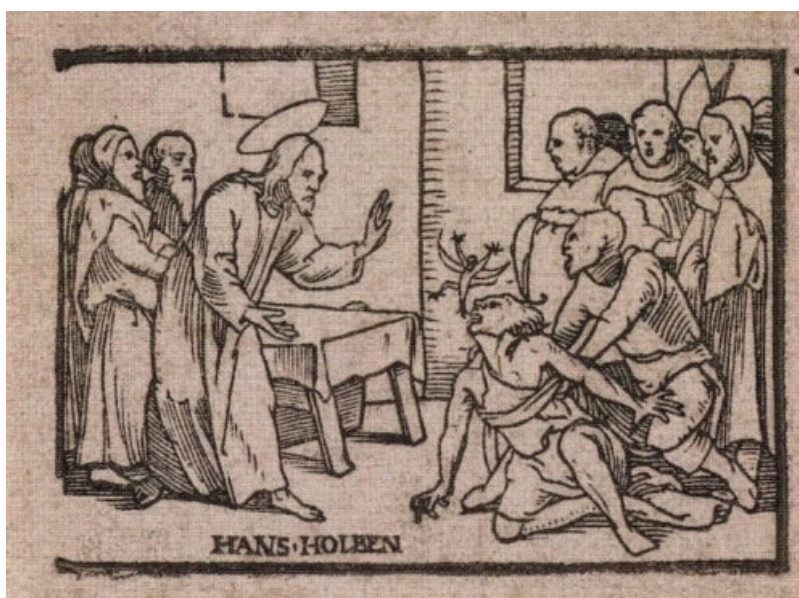
ça.

Também era realizada cauterização, com ferro em brasa, no occipital ou na bregma, devendo o cautério queimar desde o osso até as meninges. As mães cauterizavam suas próprias crianças, visando à remoção da fleuma e de possíveis espíritos demoníacos do cérebro.

A ascensão do Cristianismo introduziu o conceito de que Deus é a única resposta, de modo que o homem nada pode fazer. Ocorreu, portanto, a inclusão de orações, jejum e peregrinações, a fim de que Deus ouvisse o clamor e curasse o doente. A epilepsia foi relacionada com a doença mental, e ganhou caráter de doença contagiante.

Renascimento





“Cristo Exorcizando o Demônio” (1538/1539), de Hans Holbein

Durante o Renascimento a anatomia e a fisiologia humanas eram enriquecidas pelas dissecações e por meio da contribuição de pintores e escultores. A epilepsia ainda estava sob conotações religiosas, seguindo a lógica de que quando ocorre uma convulsão, um espírito ou um demônio entrou no corpo do epilético. Para a nobreza e a igreja, ela não era uma doença em si, mas uma manifestação de poderes proféticos e grande inteligência.

A população em geral, entretanto, acreditava que era uma doença terrível e que a cura poderia ser obtida por meio do contato com relíquias sagradas e determinadas plantas.

Os epiléticos eram considerados profetas que poderiam ver o passado, presente ou futuro durante uma convulsão. O guia de caça às bruxas, intitulado *Malleus Mallificarum*, designava a epilepsia como um sinal de que bruxas estavam sen-



do caçadas e muitos morriam em virtude disso.

O médico suíço Paracelso (1493-1541) atuava como alquimista, tratando a epilepsia com um misto de religiosidade, alquimia, mágica e astrologia. Utilizava substâncias químicas como ópio, ferro, cobre, óxido de zinco, bismuto, mercúrio e enxofre. Durante o século XVI, a Igreja não aceitava as explicações sobrenaturais para as doenças, porém admitia as curas.

Juntamente com Tomas Erasto (1523-1583), Paracelso inferiu que a aura, já descrita durante a Idade Média, indicava comprometimento de outros órgãos, afetando indiretamente o cérebro. Tal idéia foi contraposta no século XVII.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A epilepsia é uma do-

ença que foi atribuída a causas místicas ao longo de sua história, desde a Pré-história até os dias atuais. Apesar de ser uma doença milenar, ainda é alvo de preconceito por parte dos leigos, visto que estes ainda atribuem a causa das crises epiléticas a fatos sobrenaturais e disso deriva ser imperial que a história da doença seja difundida entre médicos e pacientes visando o esclarecimento científico e a queda de crenças populares.

Por ser uma doença de origem neurológica, ainda há uma grande dificuldade no aprimoramento dos estudos das suas causas e seus efeitos. Houve, entretanto, um grande avanço em seu tratamento, chegando inclusive ao tratamento cirúrgico em casos extremos.

BIBLIOGRAFIA



Gallucci Neto, José e Marchetti, Renato Luiz Aspectos epidemiológicos e relevância dos transtornos mentais associados à epilepsia. *Brazilian Journal of Psychiatry* [online]. 2005, v. 27, n. 4 [Acessado 15 Agosto 2022], pp. 323-328. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-44462005000400013>>. Epub 12 Dez 2005. ISSN 1809-452X. <https://doi.org/10.1590/S1516-44462005000400013>.

Alperstein N.. *Growing Up With Epilepsy*. 2000.

Andrade-Valença Luciana P. A., Valença Marcelo Moraes, Velasco Tonicarlo Rodrigues, Leite João Pereira. Epilepsia do lobo temporal mesial associada à esclerose hipocampal. *J. epilepsy clin. neurophysiol.* [serial on the Internet]. 2006 Mar [cited 2014 Oct 27]; 12(1): 31-36. Avai-

lable from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi26492006000100007&lng=en. <http://dx.doi.org/10.1590/S1676-26492006000100007>.

Bennett TL. *The Neuropsychology of Epilepsy*. 2. ed. Springer Science & Business Media; 1992.

Berrios GE. Epilepsia e insanidade no início do século XIX - história conceitual. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo, v. 15, n. 4, Dec. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi47142012000400012&lng=en&nrm=iso>. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-47142012000400012>.

Betts T. Use of aromatherapy (with or without hypnosis) in the treatment of intractable epilepsy— a two-year follow-up study.



Seizure 2003; 12(8): 534–538.

Corrêa AD, Siqueira-Batista R, Quintas LEM. Similia Similibus Curentur: notação histórica da medicina homeopática. Rev Ass Med Brasil 1997; 43(4): 347-51.

Costa JC, Palmini A, Yacubian AMT, Cavalheiro EA. Fundamentos Neurobiológicos das Epilepsias Aspectos Clínicos e Cirúrgicos. 2.ed São Paulo: Lemos; 1998.

Dam M, Gram L. Epilepsy - prejudice and fact. 1.ed. Copenhagen; 1985.

Dantas FGD, Ribeiro CD, Júnior WRS. Epilepsia em Celebridades. J Epilepsy Clin Neurophysiol 2008; 14 (2): 71-75.

Friedlander WJ. History of Modern Epilepsy: The Beginning.

Greenwood Press; 1865-1914. p. 9-62

Gomes Marleide da Mota. História da epilepsia: um ponto de vista epistemológico. J. epilepsy clin. neurophysiol. [serial on the Internet]. 2006 Sep [cited 2014 Oct 27] ; 12(3): 161-167. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi26492006000500009&lng=en. <http://dx.doi.org/10.1590/S1676-26492006000500009>.

Gomes MM, Fontenelle LMC. The Emperor Dom Pedro II ,His convulsive seizures when a boy. Arq Neuropsiquiatry 2007; 65(4-B):1256-1259.

